

2007/02/10

O Cerco Aperta-se

Eduardo Silvestre dos Santos



Não há dúvida! O cerco aperta-se, sistemática, planeada, inexuravelmente! Os responsáveis deste País continuam a dar passos seguros no seu objectivo de reduzirem as Forças Armadas a mais uma mera extensão amorfa do funcionalismo público, que possa manipular a seu belo prazer. Em 2006, para além das medidas perversas no sistema de saúde, atentatórias do EMFAR, iniciadas já em 2005, aconteceram:

- A interpretação distorcida dos direitos de associação e reunião, concedidos pela Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, mas deliberadamente não regulamentada até à presente data;
- Em virtude dessa não regulamentação, a utilização abusiva e insensata do RDM pelos Chefes Militares em matérias directamente ligadas ao estatuto dos dirigentes associativos, deixadas propositadamente na penumbra do “vago específico” que interessa aos governantes;
- Uma campanha de intoxicação da opinião pública que faz lembrar tempos passados, através dos OCS, visando a diabolização dos militares que lutam pelos seus direitos, expressos em vários documentos legais, mas que lhes são negados pelas ilegalidades, omissões, condutas lesivas, falta de actuação legislativa, etc. dos vários Órgãos de Soberania e Chefias Militares.

Desde o princípio do ano temos continuado a assistir a mais um conjunto de medidas tendentes a afrontar as Forças Armadas. Tudo começou quando, em mais uma campanha de intoxicação dos OCS, se quis responsabilizar as Forças Armadas (neste caso específico, a Marinha e a Força Aérea) por um trágico acidente de pesca, ao mesmo tempo que tudo se fez para escamotear a verdade e esconder os verdadeiros responsáveis, aqueles que não cumpriram as leis, as normas de segurança e os procedimentos estabelecidos. Em todo este processo, tristemente, não se ouviu uma única vez ao Sr. Ministro da Defesa Nacional uma só palavra pública esclarecedora da verdade dos factos, em defesa da Instituição Militar.

Posteriormente surgiu a notícia da venda da parte nova da Messe Militar de Lagos, localizada frente à Marina e junto à estação ferroviária. É composta por rés-do-chão, 1.º e 2.º andares, cada um com uma área coberta de 1100 m² e uma área descoberta de 600 m², e surgem já no ar constantes rumores sobre o Parque de Campismo a ela associado. Vai ser alienado também o complexo frigorífico do Carregado, que servia de reserva de sobrevivência do país. Que grande negócio, de facto, partindo do princípio que, como de costume, nada caberá às Forças Armadas nem ao fundo de pensões.

O mais grave, porém, é que parece não restarem hoje dúvidas de que a ideia partiu de um alto responsável militar, que até foi recentemente escolhido para um cargo ainda superior, para aligeirar as dívidas da Manutenção Militar! Até agora julgava que os Chefes Militares não vinham cumprindo as suas responsabilidades, por omissão, no que respeita ao Art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, “Estatuto dos Militares das Forças Armadas”, que estipula que “*constitui dever do militar zelar pelos interesses dos seus subordinados e dar conhecimento, através da via hierárquica, dos problemas de que tenha conhecimento e àqueles digam respeito*”. Agora, já não é apenas por omissão! É por acção directa e activa que o fazem.

Em 28 de Janeiro, o “Correio da Manhã” publicou uma notícia sobre a reestruturação de carreiras e

remunerações dos militares, onde o articulista comete um erro de palmatória (um aumento de quase 50%) sobre o cálculo de um vencimento-base. Pouco cuidado ou uma preparação prévia para o que aí virá? Não interessa, para quê o rigor, **o povo “engole” tudo** o que lhe quiserem impingir!

No meio deste pântanal de acções e intenções com a finalidade última de ultrajarem e humilharem as Forças Armadas, surgiu um oásis: a entrevista concedida pelo General Ramalho Eanes ao semanário “Expresso” em 27 de Janeiro. Nela, o ex-Presidente da República deixa bem claro que “*na sociedade portuguesa há um certo preconceito contra os militares*”, citando Eduardo Lourenço e Natália Correia, que se agravou depois do 25 de Abril, “*basta ver o que se passa com a Instituição Militar agora e o tratamento dado aos militares*”, e que o poder político tem, de alguma maneira, desprezado os militares. “*A população portuguesa, hoje, não sente que haja uma ameaça externa ao País (...) Como não sente nenhuma ameaça externa, ela tem uma certa dificuldade em perceber a necessidade das Forças Armadas. Como a população não sente essa necessidade, mas o Estado sente, levanta-se uma certa contradição. A que o Estado responde retirando visibilidade às FA e determinadas condições. Ora, o Estado devia dizer claramente para que quer as FA, qual a sua finalidade. E discutir com a população esse grande propósito - inclusivamente através de uma consulta popular.*”

Apesar de dizer que não está de acordo com as atitudes de protesto dos militares, afirma, no entanto, que elas revelam um “*sentimento de mau-estar*”, e acrescenta: “*Quando um comando anda à frente das reivindicações razoáveis das Forças Armadas, a instituição militar não se manifesta. Quando isso não acontece, a instituição militar obviamente que se manifesta. E um comando só pode andar à frente das reivindicações reais se tiver o amparo oportuno do poder político.*”
Lapidar!

Estas afirmações, vindas de alguém tão idóneo, coerente e vertical como o General Ramalho Eanes, uma das grandes referências nacionais da actualidade, definem clara e inequivocamente a situação. Os Órgãos de Soberania não podem – é uma vergonha que o façam – ter um discurso altamente elogioso e dignificante na partida de contingentes militares para tomarem parte em operações de manutenção de paz, onde vão ser um instrumento primordial da política externa do Estado, e outro discurso, diametralmente oposto, miserabilista e indigno, para consumo interno. Pura e simplesmente, não se podem ter Forças Armadas viradas para o século XXI com decisões de gestão política retrógradas e a roçar o autoritarismo e a impunidade.

Entretanto, teve-se conhecimento, através da imprensa escrita espanhola, que no país vizinho os militares, que tinham já vencimentos muito superiores aos nossos, vão ser aumentados em média 18,6% no período 2006-2008, consignando uma verba que ronda os 450 milhões de Euros! Esta melhoria de condições foi fundamentada pelo Ministério da Defesa “*na natureza e importância da sua missão, nas condições em que se desenrolam, que implicam uma notável sobrecarga física e risco pessoal, na sua disponibilidade permanente para o serviço, e também pela mobilidade geográfica ao longo da carreira, que impõe restrições à sua vida pessoal e à de suas famílias*”. Espantoso! Se não fosse tão vergonhosa e humilhantemente triste, quase que dava vontade de sorrir. Dá todavia vontade de verificar a diferença abissal que existe entre um país que preza, dignifica e respeita as suas Forças Armadas, e outro que as vota ao ostracismo e considera os seus membros como cidadãos de segunda, apenas “carne para canhão”!

Dezenas de milhar de portugueses ex-combatentes continuam a lembrar com saudade e espírito de corpo o tempo que passaram nas Forças Armadas, a maioria deles arriscando a vida. Nesse sentido vão promovendo reuniões e confraternizações periódicas. A grande maioria deles tem hoje entre 50 e 65 anos e quando esta geração, que é a minha, desaparecer, a sociedade portuguesa deixa

de ter uma referência e uma memória concretas das suas Forças Armadas. Em breve, os próprios Chefes Militares deixarão de ter uma experiência pessoal de operações reais e uma vivência de comando em combate, e os quadros intermédios não saberão já o que foi e o significou o “25 de Abril”.